

# **Recuperação Judicial de Empresas**

ATUAÇÃO DO JUIZ

**2018**

Janaina Campos Mesquita Vaz

## **RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS ATUAÇÃO DO JUIZ**

© ALMEDINA, 2018

AUTOR: Janaina Campos Mesquita Vaz

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA.

ISBN: 978-858-49-3289-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Vaz, Janaina Campos Mesquita  
Recuperação judicial de empresas : atuação do  
juiz / Janaina Campos Mesquita Vaz. – São Paulo :  
Almedina, 2018.  
Bibliografia.

ISBN 978-858-49-3289-4

1. Empresas – Recuperação – Leis e legislação –
  - Brasil 2. Recuperação judicial (Direito) – Brasil
  3. Recuperação judicial de empresas – Brasil
- I. Título.

18-17260

CDU-347.736(81)

---

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Recuperação judicial : Empresas : Direito 347.736(81)  
Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Aviso: O presente trabalho não representa parecer legal ou a opinião de Pinheiro Neto Advogados sobre o assunto tratado, mas apenas de seu autor, para fins acadêmicos.

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Julho, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
ABREVIATURAS	13
SUMÁRIO	15
1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Apresentação do tema e suas limitações	19
1.2. Justificativa e importância do tema	21
1.3. Principais questões a serem analisadas	27
2. PANORAMA DA LEI 11.101/2005	31
2.1. Panorama Histórico	31
2.1.1. As origens do Direito da Empresa em Crise no Brasil – Decreto 5.746/1929	32
2.1.2. O Decreto-Lei 7.661/45	37
2.1.3. A Lei 11.101/2005 – LRE	41
2.1.3.1. A LRE e o “falso dilema” – supremacia do Judiciário versus soberania da Assembleia Geral de Credores	42
2.2. Natureza Jurídica da Recuperação Judicial	51
2.2.1. Recuperação Judicial como negócio jurídico – concepções de Direito Privado	51

2.2.2. Recuperação Judicial como ação – visões de Direito Processual	56
2.2.3. Recuperação judicial como instituto baseado na eficiência – visões de Direito Econômico	57
2.2.4. Síntese crítica: recuperação como instituto do moderno Direito Comercial	59
2.3. Princípios da recuperação judicial	62
2.3.1. A preservação da empresa	65
2.3.2. A tutela dos interesses dos credores	70
2.3.3. Síntese crítica: concretização de princípios depende de uma relação dialética entre credores e juízes	76
3. A ATUAÇÃO DO JUIZ NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	79
3.1. Noções introdutórias de fundo constitucional	79
3.2. O ato judicial inicial: ato ordinatório ou juízo de admissibilidade?	82
3.2.1. Os pressupostos processuais da ação de recuperação judicial	84
3.2.2. As condições da ação de recuperação judicial	85
3.2.2.1. Exposição das causas concretas da crise econômica e da situação patrimonial efetiva da empresa devedora	86
3.2.2.2. A verificação, <i>in status assertionis</i> , da viabilidade econômica da empresa	89
3.2.3. Síntese crítica – necessidade de juízo de admissibilidade da recuperação judicial	94
3.3. O controle de legalidade	98
3.3.1. O controle de legalidade estrita	103
3.3.1.1. Plano votado em desacordo com as regras procedimentais	105
3.3.1.2. Plano com previsão de extensão dos efeitos da recuperação a coobrigados	107
3.3.1.3. Votos proferidos por credores não submetidos ao plano	111
3.3.1.4. Violação à regra dos pagamentos à classe de créditos trabalhistas	112
3.3.1.5. Plano com previsão de supressão de garantia real sem anuência do credor titular da garantia	114
3.3.2. O <i>Cram Down</i> brasileiro – superação de veto	117
3.3.3. O Controle de Legalidade Material – Juízo de Juridicidade	119

3.3.3.1.	Verificação de conflito de interesses – a teoria do abuso de direito de voto	122
3.3.3.1.1.	Abuso de minoria – tratamento via <i>cram down</i>	131
3.3.3.2.	Verificação de tratamento desigual e ilegítimo a credores da mesma classe – <i>unfair discrimination</i>	138
3.3.3.2.1.	A verificação de situação de <i>unfair discrimination</i> e a intervenção judicial.	143
3.3.3.2.2.	O entendimento da jurisprudência	145
3.4.	Juízo de viabilidade – avaliação de mérito do plano pelo magistrado	152
3.4.1.	Superação da dicotomia – juízos negociais versus juízos legais	155
3.4.1.1.	Análise judicial de viabilidade por meio de critérios objetivos	158
3.4.1.1.1.	Primeiro critério – a aptidão para a continuidade da empresa	165
3.4.1.1.2.	Segundo critério – inexistência de vícios de deliberação	172
3.4.1.1.3.	Terceiro critério – eficácia do plano quanto à tutela do crédito	176
3.4.2.	Síntese crítica: controle judicial do equilíbrio de ônus	184
4.	CONCLUSÃO	191
4.1.	Principais conclusões	191
4.1.1.	Panorama da LRE	191
4.1.2.	A atuação do juiz na recuperação judicial	192
4.2.	Considerações finais	193
	REFERÊNCIAS	195